

Godoy 15

Registro n.º 276 — Edital

O cidadão Antonio Innocencio de Oliveira
Intendente Municipal de Caldas Novas na
forma da lei etc.

Faço saber por este edital que de ordem
do Excm. Sr. Presidente do Estado se achou em
hasta Publica para se arrematado por
quem maiores vantagens offerecer a
construção de uma ponte de madeira
sobre o rio Pyropetunga, na estrada de
Ipameri, entre este municipio e o de Pau-
ta Cruz, as propostas deverão ser dirigi-
das a esta Intendencia dentro do prazo
de quinze dias a contar desta data,
em carta fechada, incluindo o talão
de depósito correspondente a 10% do valor
do contracto, como caução de seu cum-
pimento com o seguinte endereço: "A Inten-
dencia Municipal de Caldas Novas,
proposta a que se refere o edital de 10
de Maio 1924," escrita com tinta preta,
nasendo emmeuda, ou rasuras, con-
tendo preço claro e fixo. As propostas
serão abertas com todos as formalidades
da lei no dia 25 do corrente as 12 hor-
as para dos audiencias desta In-
tendencia. O orçamento da referida pon-
te se acha na secretaria da Intenden-
cia a disposição de qualquer interessa-
do, que o poderá verificar, sendo que
a obra deverá ser feita de accordo
com o respectivo orçamento. Dado e pro-
vado nesta secretaria aos 10 dias do-

mez de Maio de 1924. Eu Melchior
 dos Domingos Dias, secretario o secretario
 (a) do Distrito Juvenescio de Chovão.
 Intendente Municipal. Registrado
 nesta Secretaria aos 10 dias do mez
 de Maio de 1924. Melchior dos
 Domingos Dias, secretario do Intenden-
 te e do Conselho.

Registro n.º 277

Fervor de abertura das propostas
 que se refere ao edital de vinte e sete de
 Maio proximo passado sobre a construc-
 ção de uma ponte sobre o rio Pyrapet-
 unga na estrada de Spanner.
 Aos doze dias do mez de Junho de mil
 novecentos e vinte e quatro nesta Cida-
 de de Caldas Novas na sala do Conselho
 Municipal as doze horas presente o Sr.
 Intendente Municipal secretariado por
 um secretario Geral do Municipio abaixo
 assignado o Sr. Exactor Fiscal Jori-
 Luiz de Medeiros e o Fiscal Olympio Jo-
 se Ferreira; pelo Sr. Intendente Municipal
 foi mandado annunciar em voz alta
 a proceder a abertura das propostas
 para a construcção de uma ponte sobre
 o rio Pyrapetunga no lugar denominado
 do Senhor do Chovão Preto, ao dito
 tornando dito acto usado pelo Sr.
 Sr. Presidente do Estado. E sendo por-
 tes a mesa a proposta que abaixo
 vai transcripta, feita pelo Mayor

Anexo 8

O KRÓ – Nº 81 de 10 de junho de 1938, p. 01

O FRO

O FRO é um jornal que não se empresta
ASSINA-SE

Colaboradores — Diveros

Anual \$8000-Semestral \$5000

Diretores—Redatores
O SANTOS e C. GODOY

OFFICINA PROPRIA

CRITICA, LITERARIA
E NOTICIOSA

ANO 4

Caldas Novas (Goiás), 10 de Junho de 1938

NUMERO 81

Descrição da magentosa Serra de Caldas, feita por Saint-Hilaire, em 1819.

A Serra das Caldas não está a mais de tres quartos de legua portugueza da fazenda, tem apenas pouca altura, e, de longe, apresenta-se sob a forma de um prisma trapezoidal alongado, com o cume de altura uniforme. Avançamos para essa montanha seguindo uma trilha pouco frequentada, e chegados quasi á sua base, mudamos de direcção; a trilha, então, tornou-se pedregosa, e, por vezes, bastante difficil. Dobramos um dos dois lados mais estreitos da montanha, e, durante algum tempo, caminhamos parallelamente a uma das grandes encostas. Esta ultima muito mais irregular do que o flanco que lhe está opposto, apresenta alternadamente depressões profundas e saliencias abruptas; a outra encosta, pelo contrario, se estende por um declive assás brando, e não apresenta nenhuma anfractuosidade; vêm-se ahi, somente, gargantas pelas quaes correm as aguas e que a sulcam serpenteado.

Nessa excursão atravessamos quasi sempre campos seccos, como todos então o estavam, onde porém, reconheci algumas plantas de zonas elevadas, particularmente a Myrtacea n.º 881 4.º.

Prosegue, no Rio, a análise das Aguas Termais de Caldas Novas.

O Prefeito local, Cel. Luiz José Pereira, acaba de enviar mais alguns garrações de de agua thermal para o Ministerio da Agricultura, endereçado ao hydrologista Professor Bruno Lobo, que está fazendo uma minuciosa análise das aguas mais quentes do Brasil.

Enviou-se, também, as algas que produzem as aguas termais do Pirapitinga, justamente onde ha uma fonte de 51°. Estas algas que tem grande poder terapeutico applicadas em certas febridas, segundo observações de alguns benéficos com as mesmas, cobrem a-

nualmente o grande lago do Pirapitinga, dando-lhe um aspecto pitoresco.

Com este material que seguiu, terminará o professor Bruno Lobo o exame que aqui iniciou ha tres mezes, dando de tudo um circunstanciado relatório.

L
A
G
O
do
P
I
R
A
P
E
T
I
N
G
A



As aguas mais quentes do nosso Continente estão reunidas neste magestoso lago, de onde, agora, foram retirados alguns kilos de alga e enviados ao Rio para exame. O vulgo attribue, um grande poder terapeutico á mesma; e, dá ela com outros adjuntos, um ótimo sabão.

Anexo 9

O KRÓ – N° 29 de 17 de outubro de 1935, p. 03

Um quadro impróprio para menores e senhorinhas

Os cronômetros urbanos marcavam meia noite, quando os moradores da praça da matriz foram despertados por um berreiro medonho, partido da casa do Tote.

A polícia que tem o seu quartel ali pertinho, correu imediatamente ao local. As portas estavam emêticamente fechadas. O dono da casa gritava lá dentro que estava combatendo um "enorme vampiro". Arrombaram-se as portas e qual não foi a surpresa de todos ao verem o Tote com a roupa que Deus lhe deu, às voltas com um morcego!

O Dedeco avisa que a sua casa não é nenhum Monte-Carlo. Existe ali apenas um joguinho de truque.

Assim mesmo em consideração ao seu atual estado civil.

Nova estrada para Morrinhos

O Prefeito de Caldas, já entrou em combinação com o de Morrinhos afim de construir uma nova estrada de auto, desta cidade àquela.

Os gastos que ambas as Prefeituras irão fazer nesta nova autovia, serão bem menos do que necessita a velha, que está quasi intransitavel, para ser reparada.

Será aproveitado um trecho de estrada já pronto, pertencente ao Cel. Bento de Godoy, gentilmente cedido pelo mesmo, e que vae ter á sua fazenda, daqui a cinco leguas.

Dai seguirá a mesma até a Ponte do Rio Piracanjuba, de propriedade do Sr. José Augusto da Cunha, que, num gesto magnanimo, nada cobrará dos autos que por ela passarem.

A Prefeitura de Morrinhos, aproveitará, tambem, um grande pedaço da antiga estrada, despendendo pouquissimas coisas a otima topografia do terreno, na ligação a Ponte do Sr. José R. da Cunha.

O KRO'

Caldas Novas, 30 de Setembro de 1935

Balancete da Receita e Despezas do mez de Setembro de 1935

RECEITA

Impostos:			
RENDA ORDINARIA			
Saldo do mez de Agosto			12:846\$259
1 Predial Urbano	32\$000		
2 Rural de Benfeitorias	52\$000		
3 Comercio e Industria	10\$000		
4 Taxa Sanitaria	55\$000		
5 Taxa de expediente	10\$166		
6 Veiculos em geral	15\$000		
7 Aforamentos e muros	2\$400		
8 Renda do Talhe	150\$000		
9 Adicionais de 10 p. s. os im			
postos	36\$640	363\$206	
RENDA EXTRAORDINARIA			
10 Cobrança da Divida Ativa	393\$900		
11 Multa de móra	18\$894		
12 Rendas Eventuais	58\$000	470\$794	834\$000
Soma Total da Receita			13:680\$259

DESPESAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
13 Subsídio ao Prefeito	390\$000		
14 Representação Municipal	180\$000		
15 Vencimentos do Secretario	250\$000		
16 Ordenado ao Fiscal	110\$000		
17 Perc. de 8 p. ao Coletor	66\$720	996\$720	
INSTRUÇÃO PUBLICA			
18 Vencimentos a professores	383\$300		
19 Grat. a servente do Grupo Escolar	24\$000		
20 Com Expediente Escola	8\$500	415\$800	
ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA			
21 Grat. ao Delegado de Policia	50\$000		
22 Grat. ao Esc. da D. de Policia	30\$000		
23 Alimentação a um preso pobre	60\$000	140\$000	
PATRIMONIO MUNICIPAL			
24 Venc. ao Zelador da linha telefonica e do cemiterio Municipal		25\$000	
ILUMINAÇÃO PUBLICA			
25 Com luz do mês de setembro		1:000\$000	
OBRAS PUBLICAS			
26 Com despesas feitas com obras publicas		1:780\$500	
EVENTUAIS			
27 Com despesas imprevistas		611\$600	4:969\$620
Saldo que passa para o mês de outubro			
Em deposito no Banco do Brasil		3:000\$000	
Em deposito com o Sr. L. J. Pereira		5:000\$000	
Em Cofre		710\$639	8:710\$639
Soma Total das Despesas			13:680\$259

Colêtor Municipal de Caldas Novas, 30 de setembro de 1935

José Luiz de Medeiros

Colêtor

Armando de Miranda Storni

Prefeito Municipal

CONFÉRE, José Maria Ribeiro

Secretario

Anexo 10

Trecho de livro sobre a juventude



"Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio."

Anexo 11**Decreto-lei sobre a Instrução pública no Império**

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 17.

PARTE 2.^aSECÇÃO 12.^a

DECRETO N.º 1.331 A — de 17 de Fevereiro de 1854.

Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.

Hei por bem, na conformidade do artigo 1.º do Decreto n.º 630 de 17 de Setembro de 1851, Approvar o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, que com este baixa, assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.**Regulamento da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte, a que se refere o Decreto desta data.*

TITULO I.

CAPITULO UNICO.

Da Inspeção dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria.

Art. 1.º A inspeção dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte será exercida;

Pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio,

Por hum Inspector Geral,
 Por hum Conselho Director,
 Por Delegados de districto.

Art. 2.º O Inspector Geral será nomeado por Decreto Imperial.

Não poderá exercer este cargo o professor ou director de qualquer estabelecimento publico ou particular de instrucção primaria ou secundaria.

Art. 3.º Incumbe ao Inspector Geral :

§ 1.º Inspeccionar por si, por seus Delegados e pelos membros que designar d'entre os do Conselho Director, todas as escolas, collegios, casas de educação e estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria, assim publicos como particulares.

§ 2.º Presidir aos exames de capacidade para o magisterio e conferir os titulos de approvação, conforme o modelo que for adoptado.

§ 3.º Autorisar a abertura de escolas e estabelecimentos particulares de instrucção, guardadas as disposições deste Regulamento.

§ 4.º Rever os compendios adoptados nas escolas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir, e substituil-os, quando for necessario.

§ 5.º Coordenar os mappas e informações que os Presidentes das provincias remetterem annualmente ao Governo sobre a instrucção primaria e secundaria, e apresentar hum relatorio circumstanciado do progresso comparativo neste ramo entre as diversas provincias e o municipio da Côrte, com todos os esclarecimentos que a tal respeito puder ministrar.

§ 6.º Convocar o Conselho Director, presidil-o, e mandar proceder aos exames e informações necessarias para que este possa desempenhar suas funcções com acerto.

§ 7.º Instituir annualmente, em cada parochia, hum exame dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria, e enviar ao Governo huma exposição circumstanciada sobre o progresso comparativo destes estabelecimentos.

§ 8.º Organisar o regimento interno das escolas e dos outros estabelecimentos de instrucção publica.

§ 9.º Apresentar ao Governo o orçamento annual da receita e despesa com a instrucção a seu cargo, especificando cada huma das respectivas verbas.

§ 10. Expedir instrucções :

1.º Para os exames dos professores e dos adjuntos.

2.º Para o desempenho das respectivas obrigações, directamente aos Delegados dos districtos e aos professores das aulas, ora avulsas, de instrucção secundaria; por intermedio dos Delegados, aos professores de instrucção primaria; e por intermedio do Reitor do Collegio de Pedro II, aos professores do mesmo Collegio.

(47)

3.º Em geral para tudo quanto for concernente á boa execução deste Regulamento.

§ 11. Julgar as infracções disciplinares a que forem impostas as penas de admoestação, reprehensão, ou multa.

§ 12. Propor ao Governo:

1.º Gratificações extraordinarias, e augmento de vencimentos para os professores publicos, nos casos e pelo modo marcado nos Arts. 28 e 31.

2.º Os individuos competentemente habilitados para o magisterio publico, e os que devão ser encarregados da inspecção do ensino.

3.º Os individuos que na fórma do Cap. 2.º do Tit. II. se habilitarem para professores adjuntos.

4.º A creação de escolas primarias ou de mais alguma cadeira no Collegio de Pedro II, quando as circumstancias assim o exigirem.

5.º Os professores que devão ser jubilados na conformidade dos Arts. 29 e 31 deste Regulamento.

6.º Os alumnos que devão ser admittidos gratuitamente como internos, ou meio pensionistas no Collegio de Pedro II, nos casos do Art. 27.

7.º As alterações que a experiencia aconselhar que se devão fazer neste Regulamento.

§ 13. Remetter ao Governo as notas, de que trata o Art. 66 § 5.º

§ 14. Informar sobre as pessoas que devão ser dispensada da prova de capacidade para o magisterio particular, segudo o disposto no Art. 101 § 4.º

§ 15. Publicar com antecedencia o dia, hora, e lugar dos exames, de que falla o Art. 112.

§ 16. Exercer as funcções declaradas nos Arts. 49, 50, 52, e 76 e quaesquer outras mencionadas neste Regulamento, ou que lhe forem marcadas por Lei ou Ordem do Governo.

Art. 4.º O Inspector Geral solicitará do Governo a approvação dos actos de que trata o § 10, n.ºs 2.º e 3.º do Artigo antecedente, sem suspensão de execução.

Nos outros casos mencionados no n.º 1.º do citado § 10, nos n.ºs de 1.º a 5.º e no 7.º do § 12, e no § 14 do mesmo Artigo antecedente; nos §§ 1.º e 2.º do Art. 88; e na segunda parte do Art. 96; será previamente ouvido o Conselho Director.

Nos casos dos §§ 4.º e 8.º do Artigo 3.º, além da audiencia do Conselho, precederá a approvação do Governo.

Sempre que for ouvido o Conselho Director, o seu parecer acompanhará as propostas do Inspector Geral.

Art. 5.º O Inspector Geral terá para o expediente da Repartição a seu cargo hum Secretario nomeado por Decreto Imperial e os empregados, que forem necessarios, nomeados

(48)

por portaria do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

O numero e vencimentos de taes empregados serão fixados por Decreto e não poderão ser alterados senão por Lei.

Art. 6.º Ao Secretario compete :

§ 1.º Escrever, registrar e expedir os titulos, diplomas e quaesquer outros papeis que corraõ pela Inspectoria.

§ 2.º Escripturnar em livros proprios as ordens de receita e despesa, segundo as instrucções e modelos que lhe forem dados.

§ 3.º Lavrar as actas e deliberações do Conselho Director.

§ 4.º Receber as quantias que forem designadas para as despesas ordinarias do expediente.

§ 5.º Preparar todos os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios do Inspector Geral, á organização dos mappas e aos outros trabalhos da Inspectoria.

Art. 7.º Os Delegados de districto serão nomeados pelo Governo sobre proposta do Inspector Geral, e não poderão exercer o magisterio publico ou particular, primario ou secundario.

Tem a seu cargo :

§ 1.º Inspeccionar, pelo menos huma vez mensalmente, as escolas publicas dos respectivos districtos, procurando saber se nellas se cumprem fielmente os Regulamentos e as ordens superiores, dando conta ao Inspector Geral do que observarrem, e propondo-lhe as medidas que julgarem convenientes.

§ 2.º Impedir que se abra alguma escola ou collegio, sem preceder autorisação para este fim.

§ 3.º Visitar, ao menos huma vez em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares deste genero, que tenham sido autorisados, observando se nelles são guardados os preceitos da moral e as regras hygienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis; e se se cumprem as disposições deste Regulamento.

§ 4.º Receber e transmittir ao Inspector Geral, com informação sua, todas as participações e reclamações dos professores, e com especialidade, de tres em tres mezes, o mappa dos alumnos das diversas casas de educação publicas e particulares, verificando primeiro sua exactidão e ajuntando-lhe as observações e notas, que lhes pareçam necessarias, entre as quaes devem declarar tambem as vezes que tenham sido inspeccionadas as ditas casas.

§ 5.º Preparar, sobre propostas dos professores publicos e enviar ao Inspector Geral, o orçamento annual das despesas das escolas respectivas; bem como remetter-lhe, depois de verificadas, as contas das mesmas despesas, que devem sempre ser assignadas por aquelles professores.

§ 6.º Fazer inventariar os utensis de cada escola publica,

(49)

mandando extrahir duas copias do inventario, huma para ser transmittida ao Inspector Geral, e a outra para ficar em seu poder, sendo ambas assignadas pelo professor, que será responsavel pela conservação dos referidos utensis dentro do prazo que for marcado em huma tabella especial.

Art. 8.º O Conselho Director será composto :

Do Inspector Geral, que servirá de presidente,

Do Reitor do Collegio de Pedro II,

De dois professores publicos e hum particular de instrucção primaria ou secundaria, que se houverem distinguido no exercicio do magisterio, e forem pelo Governo designados no fim de cada anno,

E de mais dois membros nomeados annualmente tambem pelo Governo.

Art. 9.º O Governo designará hum substituto para os impedimentos de qualquer destes dois ultimos membros, assim como os professores que devão em caso igual substituir aos que forem membros do Conselho.

No impedimento do Reitor do Collegio de Pedro II, servirá o Vice-Reitor.

Estas substituições somente terão lugar ou quando o impedimento for de mais de quinze dias, ou quando não for possível reunir a maioria dos membros do Conselho, ou finalmente quando as decisões dependerem do numero completo dos ditos membros.

Art. 10. O Inspector Geral será substituido por quem o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio designar, quando o impedimento exceder de quinze dias. Não passando deste prazo servirá em seu lugar o membro mais antigo do Conselho, guardada a disposição da 2.ª parte do art. 2.º

Art. 11. O Conselho Director tomará parte em todos os negocios em que a sua intervenção he exigida por este Regulamento.

Terá especialmente a seu cuidado :

1.º O exame dos melhores methodos e systemas praticos de ensino.

2.º A designação e revisão dos compendios na forma do Art. 4.º

3.º A creação de novas cadeiras.

4.º O systema e materia dos exames.

Em geral será ouvido sobre todos os assumptos litterarios que interessem a instrucção primaria e secundaria, cujos melhoramentos e progresso deverá promover e fiscalisar, auxiliando o Inspector Geral.

Julgará as infracções disciplinares, a que esteja imposta pena maior que as de admoestação, reprehensão ou multa, quer dos professores publicos primarios e secundarios, quer

(50)

dos professores e directores das escolas, aulas e collegios particulares.

TITULO II.

Da Instrucção publica primaria.

CAPITULO I.

Condições para o magisterio publico; nomeação, demissão e vantagens dos professores.

Art. 12. Só podem exercer o magisterio publico os cidadãos brasileiros que provarem:

- 1.º Maioridade legal.
- 2.º Moralidade.
- 3.º Capacidade profissional.

Art. 13. A maioridade legal prova-se perante o Inspector Geral por certidão ou justificação de idade.

Art. 14. A prova de moralidade será dada perante o mesmo Inspector, apresentando o candidato:

- 1.º Folhas corridas nos lugares onde haja residido nos tres annos mais proximos á data do seu requerimento:
- 2.º Attestações dos respectivos parochos.

Não pôde ser nomeado professor publico o individuo que tiver soffrido pena de galés ou accusação judicial de furto, roubo, estellionato, banca rota, rapto, incesto e adulterio, ou de outro qualquer crime que offenda a moral publica ou a Religião do Estado.

Art. 15. Quando a accusação judicial, de que trata a segunda parte do Artigo antecedente, tenha sido arguida de calumniosa pelo candidato e não haja provocado condemnação judicial, poderá elle ser admittido ás outras provas, se assim o decidir o Conselho Director.

No caso de divergencia entre o voto deste Conselho e o do Inspector Geral, suspender-se-ha qualquer deliberação até decisão do Governo.

Da deliberação do Conselho, que for contraria ao candidato poderá este recorrer para o Governo no prazo de dez dias. O mesmo direito compete, no caso de decisão favoravel, a qualquer membro do Conselho, cujo voto tiver sido vencido.

Art. 16. As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do obito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fórmula da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou.

As solteiras só poderão exercer o magisterio publico tendo